

## O Preciso Precioso: Positivismo, Rigor e Autoria nos Roteiros Culturais<sup>1</sup>

Camilo VANNUCHI<sup>2</sup>

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação  
Escola de Comunicações e Artes da USP

### Resumo

O chamado jornalismo *de serviço* sempre norteou a atividade editorial das revistas de cidade publicadas em São Paulo, comumente lembradas como roteiros *úteis*, com dicas de cultura e lazer. Caudatário de princípios positivistas no trato da informação — isenção, clareza, objetividade —, o jornalismo praticado nos roteiros culturais vive desde o início do século XX uma fase de transformação, não apenas em razão da conversão para as plataformas digitais, mas também na forma das resenhas. Afetado pela crise de paradigmas que envolveu a ciência na segunda metade do século XX, o jornalismo *de serviço* busca adaptar-se a uma prática "plenamente humanizada" (MEDINA, 1991), exposta à "manipulação subjetiva" (MARCONDES FILHO, 1993). Neste artigo, verificamos de que maneira a abertura para um jornalismo mais subjetivo e autoral influenciou o roteiro produzido pela revista *Época São Paulo* (2008-2013).

### Palavras-chave

Jornalismo de serviço; revista de cidade; *Época São Paulo*; crise de paradigmas; objetividade.

### Apresentação: "Instrumento útil ao leitor"

Na carta de apresentação publicada no primeiro número de *Veja São Paulo*, então um encarte grampeado no miolo da revista *Veja* e intitulado *Veja em São Paulo*, o fundador e *publisher* da Editora Abril, Victor Civita, referia-se ao caderno como a um "instrumento útil ao leitor". Era julho de 1983, e sua utilidade estava em oferecer as informações mais relevantes sobre as atrações culturais da cidade. "O caderno passava a publicar informações úteis como local, horário, data, preços e conteúdo dos eventos da semana como teatro, cinema, shows, museus, dança, atividades infantis e demais atividades do ramo da cultura", escreveu a pesquisadora Tyciane Vaz, contextualizando a fundação da "*Vejinha*", num artigo de 2009 sobre jornalismo de serviço.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 — Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017, em Volta Redonda (RJ).

<sup>2</sup> Doutorando no Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP); pesquisador filiado ao Grupo de Estudos Jornalismo, Direito e Liberdade, da ECA-USP e do Instituto de Estudos Avançados da USP. E-mail [camilovannuchi@usp.br](mailto:camilovannuchi@usp.br)

---

Dois anos depois de lançada, em setembro de 1985, *Veja São Paulo* tornou-se uma revista independente, oferecida como brinde aos leitores de *Veja*.

Em carta aos leitores, o editor Victor Civita diz que, por conta da aceitação dos paulistanos (*ao encarte*), houve uma necessidade de oferecer um maior espaço para os leitores para que eles pudessem conhecer mais e viver melhor na cidade. Além de roteiros, a revista acrescenta em suas edições reportagens e informações sobre São Paulo. (VAZ, 2009, p. 12)

Na esteira dos roteiros publicados até então apenas nos jornais — com destaque para o *Divirta-se*, do *Jornal da Tarde*, que ocupava duas páginas diárias desde o início dos anos 1970 e, em junho de 1985, transformou-se num suplemento semanal, publicado às sextas-feiras —, *Veja São Paulo* assumia para si a prerrogativa de desempenhar esse papel "utilitário" ao qual Victor Civita faz referência. Era preciso, acima de tudo, fazer a curadoria das centenas de opções de entretenimento disponíveis na metrópole e fornecer os detalhes ao leitor-consumidor, do horário ao endereço.

Segundo Vaz, essa "função utilitária e orientadora do jornalismo" remonta aos primórdios da imprensa no Brasil. A autora cita, como exemplos, a publicação de preços de diversos produtos no jornal *Correio Braziliense*, já em 1808, e seções como obituários, resultados de loterias e roteiros de cinema e teatro na *Folha da Manhã*, precursora da *Folha de S.Paulo*, desde suas primeiras edições, na década de 1920.

Empiricamente sabe-se que o jornalismo de serviço é mais presente em veículos de comunicação que circulam nos grandes centros metropolitanos. Isso porque nas metrópoles há uma infinidade de opções de lazer e de consumo, e o cidadão parece necessitar mais orientação, sobre onde ir, o que comprar, como agir, qual a temperatura do dia, entre outras informações que vão lhe ajudar a perder menos tempo e dinheiro. (VAZ, 2009, p. 13-14)

O jornalismo de serviço teve seu período áureo na década de 1980, quando os jornais paulistanos passaram a incorporar pequenas sinopses aos roteiros de cinema e teatro. Até então, os guias apenas listavam as atrações, acompanhadas de dados de agenda como hora e local, sem descrição ou resenha. Foi também naquela década que os cadernos de economia começaram a traduzir indicadores econômicos para o grande público: inflação, rendimento da poupança, variações da Bovespa, cotação do dólar...

Até os anos 1990, a *Folha de S.Paulo* dedicava uma página do primeiro caderno a um mapa meteorológico do Brasil, com temperaturas máximas e mínimas nas capitais. No reparte destinado a São Paulo, anotava previsão de chuvas, umidade, horários da

aurora e do crepúsculo, entre outros dados. Os cadernos de esporte incluíam tabelas com os resultados da rodada, nas séries A, B e C — o que também era útil aos apostadores da loteria esportiva. Até o placar do turfe chegou a ser publicado.

É nesse cenário que *Veja São Paulo* se insere, adaptando para o suporte revista o jornalismo de serviço voltado a entretenimento e consumo. Rapidamente, *Veja São Paulo* torna-se o título com a segunda maior tiragem da Abril, atrás apenas da própria *Veja*. Diretor da publicação na década de 1990, Carlos Maranhão seguia à risca a escola utilitarista anunciada por Civita. Colegas de redação afirmam ter ouvido, mais de uma vez, Maranhão afirmar que o pior erro numa edição é a divulgação de um telefone errado. Os leitores do guia, ele argumentava, tentarão contatar o estabelecimento e não conseguirão. Além de ficarem irritados, muitos perderão algo ainda mais valioso: a confiança no título, incapaz de acertar um simples telefone.

Em 3 de novembro de 1996, o ombudsman da *Folha*, Marcelo Leite, dedicou sua coluna ao jornalismo de serviço. Motivado pelo grande número de queixas enviadas por leitores que se diziam vítimas de erros do jornal, Leite aborda o que, na sua opinião, deveria ser uma obsessão pela informação correta. "Boa parte das pessoas que leem o jornal num determinado dia procura ali informações úteis para sua vida", escreveu.

Apesar de tudo, os erros acontecem. Qualquer leitor já viveu a experiência desagradável de perder o filme porque o horário no jornal estava errado. Há muitas razões para que essas falhas ocorram, da má qualidade das informações fornecidas à negligência ou falta de pessoal na redação para fazer verificações e mais verificações. Não existe, porém, outra saída: é preciso errar menos. (LEITE, 1996)

No mesmo texto, o ombudsman lança mão do relato da leitora Marisa Mara Silva Lima para mostrar a gravidade de uma informação equivocada. Marisa, conforme reclamação enviada ao jornal, faria o vestibular da Unesp e leu na *Folha* que as inscrições iriam até 19 de outubro. Ao tentar se inscrever, descobriu que elas tinham sido encerradas na véspera. O jornal detectara o erro dias antes e publicara uma retificação, bem como uma nova reportagem. Marisa não teve acesso a nenhuma das retificações. Confiante no rigor do primeiro texto, foi impedida de fazer a prova.

É bem oportuno que o jornal se preocupe com o problema e tome medidas para aperfeiçoar esse gênero de informação. Ele nada tem de "menor", como pensam alguns jornalistas. Colocar-se na pele de um leitor prejudicado pode ser uma boa forma de conscientizar-se dessa responsabilidade. (...) Marisa Lima não viu o erramos, nem a reportagem. Por causa disso, vai ter de esperar um ano inteiro. É o que precisa ficar na cabeça dos jornalistas: ela não viu o erramos. (LEITE, 1996)

## Os dogmas dos manuais de redação

O episódio narrado por Marcelo Leite vai ao encontro da obsessão do ex-diretor de *Veja São Paulo* pela informação correta. A "militância" de Carlos Maranhão em nome da precisão e do rigor precedeu sua chegada à revista. Em 1990, quando dirigia a *Playboy*, Maranhão fora responsável por produzir o Manual de Estilo Editora Abril, primeiro guia normativo da editora. Em um dos capítulos, esboçara o mesmo postulado que, nos anos seguintes, repetiria perante a redação. E o fizera, naquele manual, sob o título "As pragas do jornalismo".

Há dois tipos principais de erva daninha que podem arruinar qualquer texto: a desinformação e o exagero. Em uma matéria, o leitor recebe vinte informações diferentes. Dezenove, que ele ignorava, estão certas. Uma, que ele já conhecia, está errada. A tendência desse leitor é duvidar da exatidão de todas as vinte. Em outra matéria, um único exagero de interpretação ou julgamento, cometido na última das 200 linhas de um artigo até então equilibrado, será capaz de levar o mesmo leitor a concluir que tudo o que ele acabou de ler é uma grande bobagem. Não culpe o leitor. Você também perderia a confiança numa pessoa que lhe mentisse uma só vez. Erradique as duas pragas com uma rigorosa checagem das informações e uma atenta releitura crítica do que você acabou de escrever. Combata sem tréguas o exagero e a desinformação. (Manual de estilo..., 1990, p. 35)

Maranhão não está errado em nenhuma das duas proposições. É pouco provável que alguém consiga nos convencer do contrário: de que a precisão e o equilíbrio possam ser desprezados como elementos supérfluos, de menor valor. Pode-se questionar, talvez, o fato de serem essas as duas "ervas daninhas" selecionadas pelo autor e alçadas ao posto de maiores vilãs do jornalismo, como se observa no título e na primeira linha do parágrafo. No lugar da desinformação e do exagero, Maranhão poderia ter escolhido outro par de pecados, igualmente graves, como a inconsistência e o hermetismo, ou a falta de profundidade e a ausência de isenção. Sua opção, no entanto, é coerente com a filosofia essencialmente padronizadora que contaminou amplos setores da imprensa nos anos 1980, na esteira do Projeto Folha, com seus dogmas de clareza e objetividade. Ali, é como se Maranhão nos dissesse: escreva apenas o certo; e contenha-se.

Dogmas de clareza e objetividade pontilhavam diversas páginas do Manual de Estilo da Abril. Quando sua primeira edição foi lançada, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* já haviam lançado seus manuais de redação. O da *Folha*, de autoria coletiva, teve sua primeira versão publicada comercialmente em 1984. O do

*Estado*, escrito por Eduardo Martins, surgira em 1990, meses antes do da Abril. Ainda naquele ano, o jornal *O Globo* publicaria o seu, de autoria de Luiz Garcia.

Em 2002, os manuais de redação foram tema da dissertação de mestrado da jornalista Patrícia Patrício, defendida na Escola de Comunicações e Artes da USP. Em sua pesquisa, a autora investigou as intenções e a função editorial desempenhada por eles para questionar a conveniência desses manuais em tempos de crise de paradigmas na ciência (observada nas últimas décadas do século XX, inclusive nas ciências humanas e no campo das comunicações) e discutir a urgência do resgate da autoria no exercício do jornalismo. Abordaremos esses dois aspectos mais adiante.

A pesquisa de Patrícia Patrício revela manuais impregnados pelo imperativo da objetividade, um valor reivindicado com destaque em todos eles: "A objetividade se relaciona diretamente, e por vezes se confunde, com a concisão, a verdade, a exatidão, a clareza, a neutralidade, a isenção, o apartidarismo, a pluralidade, que se erguem como os pilares básicos dentre as normas dos manuais". (PATRÍCIO, 2002, p. 6)

A ligação perigosa de objetividade com verdade torna os manuais ainda mais ambivalentes (ora pregam a objetividade, ora reconhecem ser impossível trabalhar de forma objetiva). Diante desta última constatação ao fechar parênteses, damos a entender que a verdade, matéria-prima da credibilidade, moeda corrente do produto jornalístico, é inalcançável. (...) O que os manuais devem pregar é a correção, a acurácia, a precisão, na medida do possível dentro de um universo de aproximações. (PATRÍCIO, 2002, p. 78).

Os manuais adotados nos três jornais diários traziam um conteúdo ainda mais rígido e normativo do que o resumido compêndio de recomendações produzido por Carlos Maranhão para ser adotado na Editora Abril. Ainda assim, seu texto é repleto de regras, influenciadas por uma escola positivista e cartesiana, valorizando sobremaneira a adoção de um "método" que fosse capaz de aferir objetividade e atestar a qualidade da informação. Na página 16 do referido manual, por exemplo, Maranhão é categórico ao registrar regras como "Não escreva: 1- frases feitas, lugares-comuns e jargões", seguida de outros quatro exemplos de construções a serem banidas das revistas da casa. Outras expressões, embora não fossem vetadas, deveriam ser evitadas, segundo ele.

Evite escrever: 1- "E/ou", por ser impreciso. 2- "Etc.", por ser incompleto. (...) 7- Palavras que, depois de entrarem em moda, tornaram-se gastas, como "desmitificar", "desmistificar", "sofisticado", "descontraído", "contexto", "aparentemente", "exatos", "inacreditáveis", "incrível". 8- Palavras longas. 9- Frases longas. 10- Parágrafos longos. 11- Textos longos. (Manual de estilo..., 1990, p. 16)

Ao banir das redações da Abril o "contexto" e o "descontraído", e rebaixar a segundo plano toda palavra com sílabas demais (cinco? seis?) e toda reportagem que se estendesse por páginas demais (sete? oito?), Maranhão confirma a obsessão de parte da imprensa dos anos 1980 por um modelo essencialmente padronizado e reducionista. Roberto Civita, diretor superintendente da editora por ocasião do lançamento do manual, saudou a iniciativa no prefácio. Em seu texto, delineava em poucas linhas o que deveriam ser, na sua concepção, os principais méritos do bom jornalismo:

Nosso objetivo tem sido sempre o mesmo: transmitir notícias corretas, informações confiáveis, conhecimento, entretenimento e reflexões da maneira mais precisa, mais agradável e mais clara possível. Isto é muito mais difícil do que pode parecer à primeira vista. Pois não há regras para definir o que seja "escrever bem", nem escolas para ensinar a fazê-lo. (Manual de estilo..., 1990, p. 9)

Uma breve recapitulação nos permite destacar, nos três períodos acima, pelo menos seis expressões de cunho positivista ou determinista: "notícias corretas", "informações confiáveis", "maneira mais precisa", "mais clara possível", "regras", "ensinar". No parágrafo seguinte, após prestar tributo a elementos norteadores do "bom jornalismo", como "experiência" e "autodisciplina", Civita postula a favor da transmissão racional do conhecimento normativo adquirido, estratégia tida como indispensável para a construção de repertório técnico e de conteúdo:

Na medida em que as revistas da Abril se multiplicavam e o número de pessoas envolvidas no processo de editá-las crescia vertiginosamente, tornou-se claro que precisávamos de algum instrumento para codificar e transmitir os padrões desenvolvidos e as lições aprendidas. (Manual de estilo..., 1990, p. 9)

Padrões desenvolvidos, lições aprendidas, regras, correção, clareza. Maranhão foi entrevistado em 2001 por Patrícia Patrício. Indagado sobre o significado da palavra estilo, Maranhão se fiou nos conceitos de bom gosto e bom senso para justificar as recomendações compiladas no manual, com base no mito da falta de tempo do leitor, supostamente bombardeado por conteúdo por todos os lados. "E o que é bom senso?", perguntou a pesquisadora. "Ser preciso, lógico, checar as informações e apurá-las muito bem", resumiu o entrevistado. (PATRÍCIO, 2002, p. 186)

### **A herança positivista**

Muito antes de o primeiro manual de redação ser produzido no Brasil, em 1984, já era possível perceber a régua positivista a definir a prática do jornalismo. Concebido

como espelho do real, oráculo da "verdade dos fatos", o jornalismo aceitou a missão de tornar público não apenas o certo, mas também o que é ou deveria ser inequívoco, irrefutável. "A ordem natural das coisas", na expressão de Cremilda Medina.

Os princípios positivistas dão garantia aos operadores da informação jornalística de que, como diria Comte, elimina-se a vã erudição e se constrói um relato da ordem natural das coisas. (...) Se visitarmos os manuais da imprensa, livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista. (MEDINA, 2008, p. 25)

Autor do clássico *Discurso sobre o espírito positivo*, de 1848, Augusto Comte expõe naquela obra a teoria — ele chama de "verdade" — de que a evolução intelectual da humanidade, tanto da espécie como de cada indivíduo, se dá por meio de uma jornada através de três diferentes estados evolutivos, do mais raso ou "primordial" ao mais elaborado ou "racional". Seriam eles, segundo a terminologia adotada pelo pai do positivismo, (1) o estado teológico ou fictício, (2) o estado metafísico ou abstrato, e (3) o estado positivo ou real. Os dois primeiros configurariam uma espécie de preâmbulo que "conduz enfim nossa inteligência, gradualmente emancipada, ao seu estado definitivo de positividade racional". Assim, na tradução publicada em 1976,

(...) o espírito humano renuncia de ora em diante às pesquisas absolutas, que só convinham à sua infância, e circunscreve os seus esforços ao domínio, desde então rapidamente progressivo, da verdadeira observação, única base possível dos conhecimentos realmente acessíveis, criteriosamente adaptados às nossas necessidades efetivas. (COMTE, 1976, p. 16)

Toda abstração, segundo Comte, pertenceria à ambiência do teológico ou do metafísico, estados menos evoluídos da humanidade. Em resumo: cabe ao ser humano evoluído abdicar de qualquer abstração em nome do que é estritamente racional. Na imprensa do século XX, seriam heranças desse pensamento, segundo Medina,

(...) a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados. (MEDINA, 2008, p. 24)

Herdeiro de René Descartes, Comte é entusiasta da objetividade e do método, ao mesmo tempo em que se coloca como adversário tanto da imaginação quanto da especulação científica. Ao introduzir intuitivamente o dístico "ordem e progresso", adotado futuramente na bandeira nacional, o autor estabelece que:

Para a nova filosofia, a ordem constitui sempre a condição fundamental do progresso; e, reciprocamente, o progresso é o objetivo necessário da ordem: como na mecânica animal, são mutuamente indispensáveis o equilíbrio e a progressão, um como fundamento e a outra como destino. (...) Atacando a desordem atual na sua verdadeira fonte, necessariamente mental, o espírito positivo constitui, tão profundamente quanto possível, a harmonia lógica, regenerando primeiro os métodos, depois as doutrinas (COMTE, 1976, p. 68).

O modelo de jornalismo concebido — ou prescrito, como num receituário — pelos manuais de redação faz coro com a "nova filosofia" de Comte ao entender a desordem como produto da mente e propor semelhante remédio para dirimi-la: o equilíbrio como fundamento e a progressão como destino. Ordem e progresso. Mas e quando nem a ciência concebe o primado absoluto da ordem sobre a "harmonia lógica" do universo? E quando ruem não apenas as certezas metodológicas, mas também as teorias totalizantes, as generalizações, o determinismo, o mito da objetividade?

Segundo o linguista Marcos Bagno, o prescritivismo, tão presente nos manuais, não se apoia na ciência e sim nas doutrinas a ela anteriores. Afirmam-se verdades sem nem mesmo checá-las de acordo com os procedimentos científicos. As receitas dos manuais são doutrinárias ao recomendar, como o *Estadão*, um intertítulo a cada dois parágrafos e uma declaração por parágrafo, que deve medir cinco linhas com períodos de duas ou três linhas. (PATRÍCIO, 2002, p.6)

Impossível não lembrar das restrições do manual da Editora Abril a palavras longas, frases longas, parágrafos longos. "Comunicar com régua e compasso é revestir de aparência científica (vinda de uma tradição já ultrapassada nas ciências naturais) um processo de mediação social regido por doutrinas", escreve Patrício (2002, p. 11). Veremos no próximo capítulo de que maneira a tradição metódica ou positivista tornou-se uma tradição já ultrapassada nas ciências naturais e também na prática do jornalismo.

### **O mito da objetividade e a crise de paradigmas**

No mesmo ano em que a Editora Abril e os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* lançaram seus manuais de redação (a *Folha* publicara o seu seis anos antes), o 1º Seminário Transdisciplinar, realizado na Escola de Comunicações e Artes da USP em junho de 1990, reuniu nove cientistas de diferentes áreas para discutir um tema tão atual quanto relevante: a crise dos paradigmas. Sua organização esteve a cargo da professora Cremilda Medina. O resultado foi um rico debate sobre as práticas científicas, as extensões do conhecimento, a falência da herança positivista engendrada desde o

Iluminismo e a urgência de novos modelos capazes de absorver, na produção científica, aspectos como rigor, razão e criatividade. O debate foi publicado em livro no ano seguinte e inaugurou uma série de encontros anuais intitulada "Novo pacto da ciência".

O fio condutor que alinhavou as intervenções registradas naquele primeiro encontro foi a percepção de que toda objetividade está impregnada de subjetividade.

Observa-se, há algum tempo, que, no âmbito do saber científico, não há mais espaço para conceitos estratificados, absolutização de leis e princípios, certezas metodológicas definitivas. No entanto, no processo de comunicação coletiva, sobretudo no jornalismo, opera-se no âmbito do conhecimento da atualidade, o que constitui para nós a notícia, com conceitos estratificados, leis e princípios absolutizados. Por exemplo, objetividade, certezas metodológicas, fixadas por uma gramática positivista. (MEDINA, 1991, p. 17)

Jornalistas e cientistas da comunicação não foram os únicos a reclamar das "certezas metodológicas definitivas" ou dos "princípios absolutizados", mas um conjunto formado por físicos, matemáticos, químicos e cientistas sociais. O sociólogo e cirurgião dentista Milton Greco lembrou que "a ciência nasceu da conjugação do experimento empírico e da dedução racional, numa interação contínua que determinou um ritmo de descobertas e de desenvolvimento jamais vistos na trajetória humana".

O sucesso das realizações científicas, das descobertas e das invenções, gerou uma nova mentalidade: a mitificação da ciência e dos cientistas. A crença em que todos os problemas da humanidade seriam, com o tempo, resolvidos pela ciência. (GRECO, 1991, p. 165)

Milton Greco prossegue de modo a esboçar uma espécie de linha do tempo da ciência determinista. A cronologia formulada por ele na ocasião em muito repete a linha evolutiva do determinismo científico estruturada por Edgar Morin no texto "Cultura, signos, críticas", publicado em 1988 pela Imprensa da Université du Québec. Anos mais tarde, o mesmo texto conformaria o terceiro capítulo do livro *Introdução ao pensamento complexo*, ora intitulado "O paradigma complexo":

Este ideal (*determinista*) se afirma na visão de mundo de Laplace, no início do século XIX. Os cientistas, de Descartes a Newton, tentavam conceber um universo que fosse uma máquina determinista perfeita. Mas Newton, como Descartes, tinha necessidade de Deus para explicar como este mundo perfeito era produzido. Laplace elimina Deus. (...) Para Laplace, o mundo é uma máquina determinista verdadeiramente perfeita, que se basta a si mesma. (...) De fato, esta concepção que acredita poder dispensar Deus tinha introduzido em seu mundo os atributos da divindade: a perfeição, a ordem absoluta, a imortalidade e a eternidade. É este mundo que vai se desequilibrar, depois se desintegrar (MORIN, 2006, p. 58).

O que os cientistas fizeram perante a complexidade do universo e sua própria inépcia em explicar o mundo sem recorrer ao divino, segundo Morin, foi produzir o que ele chama de paradigma simplificador, cujo ideal era simplificar o complexo para eliminar o imponderável. "O paradigma simplificador é um paradigma que põe ordem no universo, expulsa dele a desordem", escreveu. "A ordem se traduz a uma lei".

Nessa vontade de simplificação, o conhecimento científico tinha por missão desvelar a simplicidade escondida por trás da aparente multiplicidade e da aparente desordem dos fenômenos. Talvez isso se desse porque, privados de um deus em quem não podiam crer, os cientistas tinham necessidade inconsciente de ser tranquilizados (MORIN, 2006, p. 59).

Para Morin, a novidade responsável por quebrar a fé na ordem e no determinismo científico é a formulação do segundo princípio da termodinâmica. Enunciado em meados do século XIX, primeiro pelo francês Sadi Carnot e em seguida pelo alemão Rudolf Clausius, esse princípio estabelece, grosso modo, que nenhuma energia pode ser integralmente convertida em trabalho sem que uma fração seja dissipada na forma de calor, perdendo-se para sempre.

O que se chamava de calor era, na realidade, a agitação desordenada de moléculas ou de átomos. Cada um pode verificar, quando começa a esquentar um recipiente de água, que surgem tremores e que um fervilhar de moléculas se efetua. Algumas se volatilizam na atmosfera até que todas se dispersam. Efetivamente, chega-se à desordem total. A desordem está pois no universo físico, ligada a qualquer trabalho, a qualquer transformação (MORIN, 2006, p. 61).

Mais de uma década antes, em 1977, o químico belga Ilya Prigogine ganhara um prêmio Nobel por estudar justamente as estruturas dissipativas e o conceito de entropia.

Não cabe a este trabalho aprofundar o tema. Sobre o conceito de entropia nos basta saber que mede o grau de desorganização de um sistema. Em toda substância, há movimentação constante das partículas que a formam. Os átomos só se manteriam alinhados e acomodados numa estrutura cristalina perfeita numa situação ideal em que a temperatura fosse reduzida ao zero absoluto. Quanto maior a temperatura, maior o grau de agitação dos átomos e das partículas. Essa agitação espontânea consome frações de energia que não poderão mais ser revertidas em energia armazenada nem em trabalho. Finalmente, essa perda inevitável de energia pode provocar alterações na substância: uma reação, alteração do estado físico etc. Daí a importante percepção de Prigogine, tão cara aos críticos do positivismo, de que a desordem natural das estruturas pode resultar numa nova ordem. "A ciência clássica privilegiava a ordem, a estabilidade, ao passo que

em todos os níveis de observação reconhecemos agora o papel primordial das flutuações e da instabilidade", escreveu Prigogine em *O fim das certezas*.

Associadas a essas noções, aparecem também as escolhas múltiplas e os horizontes de previsibilidade limitada. Noções como a de caos tornaram-se populares e invadem todos os campos da ciência (...). Essa física tradicional unia conhecimento completo e certeza: desde que fossem dadas condições iniciais apropriadas, elas garantiam a previsibilidade do futuro (...). Desde que a instabilidade é incorporada, a significação das leis da natureza ganha um novo sentido. Doravante, elas exprimem possibilidades (PRIGOGINE, 1996, p. 12).

Prigogine flerta com Morin ao abordar, antes dele, o tema da complexidade:

Assistimos ao surgimento de uma ciência que não mais se limita a situações simplificadas, idealizadas, mas nos põe diante da complexidade do mundo real, uma ciência que permite que se viva a criatividade humana como a expressão singular de um traço fundamental comum a todos os níveis da natureza. (PRIGOGINE, 1996, p. 14)

Retomando uma última vez *Introdução ao pensamento complexo*, vemos que Morin recorre ao big-bang para comentar o papel ordenador de episódios desordenados: no caso, uma explosão. "Isto nos conduz a uma ideia espantosa: o universo começa como uma desintegração, e é ao se desintegrar que ele se organiza", escreveu (2006, p. 62). A conclusão de Morin é igualmente desconcertante: "A consciência da complexidade nos faz compreender que jamais poderemos escapar da incerteza e que jamais poderemos ter um saber total" (MORIN, 2006, p. 69).

A complexidade de que nos fala Morin está na raiz da ciência pós-moderna. Está, por extensão, na crítica ao positivismo. Diz Boaventura de Sousa Santos:

O avanço científico das ciências naturais é o principal responsável pela crise do modelo positivista e, em face dela, as características, que antes ditaram a precariedade do estatuto epistemológico das ciências sociais, são reconceptualizadas e passam a apontar o horizonte epistemológico possível para as ciências no seu conjunto. (...) Considerar que o positivismo desenvolveu um modelo de racionalidade científica cunhado nas ciências naturais, o qual, ao tornar-se hegemônico, extravasou para as ciências sociais, obriga a caracterizar com mais detalhes o que se entende por positivismo. Isto é tanto mais necessário quanto, nas últimas décadas, o "positivismo" se transformou em nome feio, que nem os positivistas gostam de usar como autorreferência. (SANTOS, 1989, p. 52)

A reabilitação do racionalismo e do positivismo expresso nos manuais de redação em voga nos anos 1980 e 1990, aliada ao imperativo da subjetividade resultante da crise de paradigmas, terminará por definir as bases da práxis jornalística no início do século XXI: um jornalismo a um só tempo rigoroso e subjetivo, preciso e autoral.

## **Época São Paulo e o valor da experiência**

*Época São Paulo* foi a primeira revista de cidade de São Paulo a expressar essa dupla vocação em seu projeto editorial e a implementar no roteiro cultural, espaço dominado pelo jornalismo *de serviço*, uma fórmula de jornalismo a um só tempo objetivo e subjetivo. Quando a Editora Globo lançou a revista, em abril de 2008, um dos compromissos listados era produzir um roteiro cultural e gastronômico mais vivo, mais sedutor e mais fácil de ser "utilizado" pelos leitores do que o roteiro da concorrência, estruturado na forma de verbetes enxutos e neutros, e fotografias pouco inspiradoras.

Sem transformar a resenha num espaço de opinião, os jornalistas à frente do guia dedicavam-se a permear as notas com observações e comentários autorais, subjetivos, que ajudavam a transportar o leitor para dentro da cena. Valiam-se, por exemplo, de:

1- Ambientações: "O salão do piso superior socorre os mais apressados, mas não tem o mesmo charme (*do térreo*)", dizia a nota sobre um restaurante na primeira edição.

2- Narração de episódios: "No dia da visita, a entrada pedida não chegou e o risoto de lulas estava um tanto gorduroso", lia-se em outra resenha.

3- Contextualizações históricas: "Os engravatados que antes trabalhavam ali perto agora cruzam a cidade na direção do Largo do Arouche e lotam a casa no almoço", aprendia-se, na mesma edição, sobre um restaurante tradicional.

4- Homenagens afetivas: "(...) o dono do lugar, o simpático Petrakis, que já ultrapassa a casa dos 80, mas pode ser encontrado com frequência servindo mesas".

Esse tipo de texto, característico do roteiro de *Época São Paulo*, conferia subjetividade ao serviço de uma forma até então apenas ocasionalmente verificada em outras publicações. Também a porção mais utilitária das resenhas, dedicada aos dados como endereço e horário de funcionamento, incluía novos elementos, não encontrados na concorrência, como os preços (menor e maior) e ícones que identificavam se o lugar tinha área para fumantes, mesa ao ar livre, acesso para cadeirantes, ou se era adequado para casais, para famílias com crianças ou para grupos.

Esse *cuidado* com o leitor traduzia-se na forma encontrada pela revista para aliar rigor e afeto, precisão e subjetividade, e se firmava, desde o início, como uma lei não escrita, um compromisso firmado entre a redação e os leitores. Mais do que se vender como uma revista indispensável para, *Época São Paulo* se oferecia como uma revista feita "para quem ama São Paulo" — fórmula editorial fixada desde a primeira matéria

de capa, "Razões para amar São Paulo", logo incorporada ao calendário editorial como uma edição especial, produzida todos os anos, à maneira da edição anual "*Reasons to love New York*", publicada desde 2005 pela *New York*. Para isso, a objetividade andaria sempre de mãos dadas com uma curadoria subjetiva e autoral.

### **Conclusão: A "manipulação subjetiva" e a "informação humanizada"**

No livro *Jornalismo fin-de-siècle* (1993), o professor da USP Ciro Marcondes Filho analisa a praxis da imprensa nos estertores do século XX. Diante das dicotomias entre um discurso essencialmente objetivo, em que o jornalismo surge como retrato da realidade, e uma prática essencialmente infiel, em que o jornalista assume a função de um curador subjetivo de temas e abordagens, o autor percorre rapidamente os caminhos históricos do determinismo científico para lançar novas luzes sobre a profissão.

A retórica tradicional e clássica atribuía à imprensa o caráter de informar, de tornar os indivíduos conhecedores dos fatos e do mundo, em suma, de trazer os acontecimentos da esfera pública em todos os níveis para a casa das pessoas. Alimentava-se uma ficção de que a imprensa seria o retrato condensado do mundo (...). Jornalismo é, ao contrário, essencialmente seleção, ordenação, atribuição ou negação de importância de acontecimentos dos mais diversos (...). A imprensa instrumentaliza as informações que colhe, recebe ou mesmo fabrica-as, transformando-as em notícias para usá-las no jogo político-ideológico. (MARCONDES FILHO, 1993, p. 126-127)

Sua interpretação é de que os fatos jornalísticos podem acontecer espontaneamente ou ser fabricados pelo veículo. Cabe aos profissionais do jornalismo decidir se os fatos serão divulgados, que destaque receberão, e de que forma serão "trabalhados". Ele usa como exemplo um hipotético desastre de avião. Para a queda acontecer, não é preciso nenhum jornalista. Mas a maneira como a queda será noticiada, repercutida, investigada, tudo isso passa pelo crivo subjetivo do repórter e do editor.

O jornalismo não é nem neutro nem objetivo. Essas categorias fazem parte de uma mitologia que foi desenvolvida no Iluminismo, de acreditar que fatos pudessem ser apresentados de forma mais ou menos livre das intervenções e dos interesses humanos. Como em qualquer outra atividade humana, a produção jornalística sofre o filtro e a regulação dos agentes pelos quais passa. (...) Há matérias, coberturas, reportagens, trabalhos fotográficos mais e menos objetivos. Quem define o grau de objetividade é um certo consenso, conseguido no meio social em que circula a notícia. (MARCONDES FILHO, 1993, p. 130)

Em seguida, Marcondes Filho traça um paralelo entre objetividade e paradigma — para acusar a falência de ambos.

Cada época é governada por um paradigma dominante (científico, técnico, filosófico) genérico, em função do qual os dados, as informações e as opiniões são avaliadas quanto ao seu grau de verdade. Mudando-se o sistema, muda-se automaticamente todo o quadro legitimador. (...) No momento atual da implosão dos paradigmas, o próprio conceito de objetividade entra em crise; aceita-se, ao contrário, a subjetividade, a imperfeição, a incompletude, a incapacidade de apreensão da coisa livre de preconceitos (MARCONDES FILHO, 1993, p. 131).

Tudo isso é exposto para introduzir o jornalista no panorama da subjetividade, da imperfeição, da incompletude. Marcondes Filho chega a criticar os que acusam o jornalismo de manipulação no sentido de perverter a informação verdadeira e maquiá-la com más intenções. Finalmente, o autor se vale uma última vez da retórica da manipulação para divulgar sua convicção em favor do texto "humanizado".

Pode-se pensar o ato de manipular como um ato intencional — consciente ou não — de deturpar a transmissão dos fatos, mas também como um ato "automático" de reprodução da realidade. Nessa medida, fala-se de manipulação ativa e de manipulação passiva. Passivamente, todos manipulam. O reproduzir subjetivo de qualquer acontecimento é necessariamente uma informação com viés. Dez jornalistas cobrindo a mesma personalidade numa entrevista coletiva darão dez matérias diferentes. Este primeiro tipo de manipulação, a manipulação intrínseca de qualquer ato, de qualquer notícia, é componente necessária não só do jornalismo, mas de todas as narrativas. É uma "boa manipulação", já que ela significa a coloração humana e subjetiva ao relato dos acontecimentos.(...) Dessa manipulação subjetiva não se pode abrir mão; é ela que garante a diversidade, zombando do mito do "relato objetivo". (MARCONDES FILHO, 1993, p. 137-138)

Ao abordar a boa manipulação, Marcondes Filho repete o que fora anunciado por Medina em 1990: a urgência da "informação jornalística plenamente humanizada".

A informação jornalística plenamente humanizada atenderia, pois, a uma demanda complexa: ideias ou conceitos ou diagnósticos, emoções e mitos, comportamentos e estratégias de ação. Uma vez que o jornalista é um mediador-produtor de sentidos, ele capta conceitos, emoções e comportamentos da sociedade — a realidade cultural imediata a que está exposto — e os representa na notícia, na reportagem ou em qualquer outra peça jornalística. (MEDINA, 1991, p. 196)

Faltava (e ainda falta) transportar a percepção de Medina e Marcondes Filho para as redações, em especial para os códigos normativos. Incorporar ao produto jornalístico a "informação humanizada", a "boa manipulação". Tentativas existem. O tratamento dado ao roteiro em *Época São Paulo* caminhou no sentido de subjetivar o que era objetivo — sem abrir mão da apuração precisa nem do texto sedutor.

Entre o preciso precioso da objetividade rigorosa e a subjetividade sedutora da informação humanizada, uma revista não deve abdicar de nenhum dos dois aspectos.

## Referências bibliográficas

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1976.

GRECO, Milton. "Os paradigmas fundamentados na certeza", in MEDINA, Cremilda (org.). **Novo pacto da ciência: 1º seminário transdisciplinar: A crise dos paradigmas**. São Paulo: ECA/USP, 1991.

LEITE, Marcelo. "Jornalismo de serviço", in **Folha de S.Paulo**, 3 nov. 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleiteombudsman/1996/11/1520745-jornalismo-de-servico.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2017.

**MANUAL de Estilo Editora Abril**: Como escrever bem para nossas revistas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Scritta, 1993.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, C. (org.). **Novo pacto da ciência: 1º seminário transdisciplinar: A crise dos paradigmas (anais)**. São Paulo: ECA/USP, 1991.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 57-77.

PATRÍCIO, P. **Tirando o manual do automático**: do mapa objetivo ao território transubjetivo nos caminhos do jornalismo. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2002.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Unesp, 1996.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

VAZ, T. "Jornalismo de Serviço: O gênero utilitário na mídia impressa brasileira", in **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** (anais). Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0735-1.pdf>. Acesso em: 20 abr 2017.